

## MORFOSSINTAXE

### CONTRIBUIÇÃO DE CÂMARA JR. PARA UMA DESCRIÇÃO CONVENIENTE DO GÊNERO DO SUBSTANTIVO EM PORTUGUÊS

*José Mario Botelho* (UERJ e ABRASIL)  
botelho\_mario@hotmail.com

#### INTRODUÇÃO

A problemática do gênero dos nomes, mormente dos substantivos, em português tem sido uma preocupação de muitos estudiosos nas últimas décadas.

Câmara Jr., que foi um dos estudiosos mais ativos no que se refere aos estudos descritivos da língua portuguesa no Brasil e no exterior, também se preocupou com a questão do gênero dos nomes portugueses.

Primeiramente, Câmara Jr. demonstrou a sua preocupação com a questão em um texto de uma série de dez artigos, publicados numa revista da Editora Vozes na década de 60. Nessa mesma época, escreveu para a Revista Estudos Lingüísticos<sup>15</sup> um artigo importantíssimo sobre a imanência do gênero dos substantivos portugueses. O artigo, intitulado “Considerações sobre o gênero em português”, que foi publicado em dezembro de 1966, pelo Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yasigi, digressiona sobre a pacífica, até então, noção do gênero gramatical, como traço flexional, em nossas gramáticas tradicionais e compêndios gramaticais conhecidos.

Nessa década, entre 63 e 65 o autor também escreveu o seu “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, mas que só foi publicado em 1972, nos Estados Unidos, com tradução em inglês de Anthony J. Naro<sup>16</sup>. Nessa obra, em que o assunto se apresenta de forma bem esclarecedora, o autor já faz alusão à natureza imanente do gênero nos substantivos da língua portuguesa, ao apresentar a história

---

<sup>15</sup> *Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, da qual Câmara Jr. era Diretor Principal.

<sup>16</sup> A obra fora escrita a pedido da University of Chicago Press para a coleção “The History and Structure of Languages”.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

do gênero gramatical dos nomes. Define a sua origem e descreve a evolução de sua concepção desde o latim até os nossos tempos. Essa perspectiva diacrônica sobre o gênero gramatical já tivera sido bem delineada em seu “Princípios de Lingüística Geral”, o qual fora publicado em 1942. É mister ressaltar que nessa obra não se tem nenhuma digressão acerca do assunto, porquanto Câmara Jr. apenas discorre sobre o conceito de masculino, feminino e neutro.

No final dessa década, a convite dos editores da Vozes, que lhe pediram para elaborar uma gramática completa, de cunho estruturalista, da língua portuguesa, Câmara Jr. se esforçou para atender à-quele convite especial. Contudo, não conseguiu concluir o trabalho antes que a morte o acolhesse. Mesmo assim, a obra, intitulada “Estrutura da língua portuguesa”, foi publicada em 1970, como homenagem dos amigos editores após a sua morte, que lhe acometera em 4 de fevereiro do mesmo ano.

Nessa obra, o próprio Câmara Jr. adverte os leitores para os eventuais defeitos naquela tentativa<sup>17</sup>, em que procurava associar a descrição gramatical à lingüística sincrônica em seu sentido amplo e propunha uma descrição isenta do purismo e do normativismo da Tradição Gramatical, mas sem ser totalmente revolucionário.

Por isso, descreve o gênero do substantivo em português de forma comedida e sem se comprometer, apresentando comentários críticos acerca do assunto e uma proposta didática de classificação dos substantivos em gênero, já que o concebia imanente na referida função dos nomes.

No início da década de 70, mais precisamente em 1971, são reunidos em um pequeno volume, intitulado “Problemas de lingüística descritiva”, aqueles artigos, que foram publicados na Revista da Vozes. Nos quatro últimos capítulos, em que o autor trata da flexão nominal e verbal, podemos constatar no capítulo IX a sua concepção do mecanismo da flexão nominal.

Em 1972, também a Fundação Getúlio Vargas publica os “Dispersos”, compostos de textos selecionados pelo Prof. Carlos E-

---

<sup>17</sup> Cf. Advertência – texto redigido e assinado pelo autor em 1969, em Câmara Jr. (1970).

## MORFOSSINTAXE

duardo Falcão Uchoa. É nessa obra que se consagram as “Considerações sobre o gênero em português”, que, como observamos acima, foram publicadas pela primeira vez em 1966.

Muitos estudiosos, posteriores a Câmara Jr e, por conseguinte, seus seguidores, trilharam pelos mesmos caminhos do mestre; outros, caminhos diversos, por vezes, paralelos, aproveitando o máximo das conceituações matosianas para as suas concepções, muitas das quais se nos apresentam muito mais como uma reformulação das do mestre do que como uma negação do seu legado.

Certos da importância dos estudos que Câmara Jr. desenvolveu durante a sua atividade intelectual sobre a questão do gênero do substantivo em português, apresentamos esta pesquisa, em forma de resenha crítica, que esperamos que, sobre ser subsídios para novos estudos, seja uma homenagem a quem muito nos deixou sobre o assunto.

### A NOÇÃO DE IMANÊNCIA, DEPREENDIDA DO LEGADO DE CÂMARA JR.

Em “História e Estrutura da Língua Portuguesa” (1985)<sup>18</sup>, o autor, sob a perspectiva diacrônica, define a origem do gênero, descrevendo a sua história desde os tempos mais remotos. Bem antes, em “Princípios de Linguística Geral” (1942), essa perspectiva diacrônica do gênero e o conceito de masculino, feminino e neutro já tiveram sido apresentados<sup>19</sup>.

Em “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, contudo, o autor já digressiona sobre a formação do feminino nos substantivos portugueses. Já observa que a “flexão” de gênero não ocorre em todos os substantivos e que o “caráter masculino ou feminino da palavra está *imane*nte (grifo nosso) na palavra e é de natureza lexical, não flexional” (1985, p. 77).

---

<sup>18</sup> Embora estejamos fazendo referências à 4ª edição, de 1985, a obra foi escrita entre 63 e 65 e publicada pela primeira vez em 1972, em inglês, pela UCP dos Estados Unidos.

<sup>19</sup> Cf. Câmara Jr. (1989, p. 130-4), 14ª edição, a qual é utilizada neste trabalho.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Chama a atenção para o fato de a flexão de gênero se efetivar nos adjetivos de tema em “-o” e em alguns poucos substantivos:

Mas, ao passo que a flexão de número é comum a todos os nomes (substantivos e adjetivos), salvo o grupo limitado de palavras graves que já terminam em /s/, a flexão de gênero é privativa aos adjetivos de tema em -o e a uma certa porção de substantivos de qualquer terminação. (Câmara Jr, 1985, p. 78)

O autor acrescenta que “para a grande maioria dos substantivos o gênero é imanente” (p. 78), já que se efetiva na língua como masculino ou feminino sem qualquer marca e que só se determina por um adjetivo (ou partícula em função adjetiva) em concordância com o núcleo substantivo numa atualização de uso da língua.

Depois, passa a descrever a estrutura flexional do feminino. Apresenta, de forma sintética, uma série de alterações morfofonêmicas na formação de feminino de muitos substantivos, e, tratando especificamente do feminino de substantivos, corrobora a noção de imanência do gênero:

(...), *cobra* ou *testemunha* são substantivos femininos, porque exigem a forma feminina de um adjetivo de tema em -a, inelutavelmente (*tremenda cobra*; *testemunha fidedigna*); *tigre* ou *cônjuge* são, ao contrário, substantivos masculinos, porque é a forma de masculino de um adjetivo de tema em -o que requerem (*pavoroso tigre*; *cônjuge devotado*; (...)). (*Idibidem*, p. 84)

Em seguida, volta a fazer referências à possibilidade de flexão de feminino para os nomes substantivos com o acréscimo da desinência “-a” e à formação de feminino com o acréscimo de um sufixo lexical, que observa ser “um fenômeno de distribuição léxica, muito diverso do processo de flexão, paradigmático, regular e preciso” (p. 86).

Finaliza o texto com uma referência sintética sobre o aspecto lexical da apresentação de feminino por heteronímia – associação entre duas palavras de radicais distintos para a oposição masculino–feminino (“homem–mulher”, “cavalo–égua”, “bode–cabra”) e chama a atenção para o fato de ser esse caso uma evidente distribuição léxica, que a nossa tradição gramatical descreve ao lado da morfologia nominal (ou melhor, morfologia flexional).

Embora se possa observar que a noção de imanência do gênero dos substantivos portugueses praticamente mediu as digressões

## MORFOSSINTAXE

elaboradas por Câmara Jr. nesse artigo (e se poderá observar em outros), é exatamente em seus *Dispersos* (*op. cit.*, p. 115-29) que podemos encontrar subsídios para a referida concepção.

Como vimos, o caráter imanente do gênero dos substantivos portugueses se fundamenta no fato de todos os substantivos serem ou masculino ou feminino, gênero gramatical que recebem no momento de sua criação, que pode fixar-se na língua, dependendo da sua aceitação por parte dos seus usuários<sup>20</sup>.

Sobre tal característica do nome substantivo em português, Câmara Jr. faz a seguinte asserção:

Como, por outro lado, todos os substantivos em português têm gênero determinado, dependente ou independente do contexto, há que se concluir que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do seu gênero. Com efeito, quer apareça, quer não apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino. (*Idem*, 1972, p. 121)

Nesse e em todos os seus trabalhos, o autor afirma ser o fenômeno uma flexão, apesar de conceber a imanência do gênero dos substantivos, embora não esclareça como isto pode ser possível. Certamente o faria, mas o referido problema “a morte lhe não permitiu explorar, em toda extensão e profundidade, levando a cabo a tarefa iniciada” (Herculano de Carvalho, 1973, p. 386).

A partir da leitura da referida citação, constata-se que o gênero do substantivo em português não depende fundamentalmente do contexto e nem de uma eventual formação lexical de feminino, que o autor prefere denominar “flexão”. Não depende do contexto nem de uma formação de feminino porque o seu gênero é-lhe inerente, porquanto a imanência do gênero é uma característica geral dessa classe de palavras. Daí, poder ser o substantivo acompanhado de um modificador, que com ele concorda em gênero e em número e, por conseguinte, funciona como determinante de seu gênero, o que fez com que Câmara Jr. concebesse o artigo o seu determinante por excelência.

---

<sup>20</sup> É mister que se ressalte que tal noção se depreende do referido texto. Não há nele nenhuma referência ao termo “imanência” ou “imanente”, como o há em *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1985, p. 75, 77 e 78).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As línguas românicas introduziram muito maior nitidez nesse mecanismo de seleção do modificador, como índice do gênero de um substantivo, com a criação do modificador nominal por excelência, que é o artigo. (*Idibidem*, p. 121)

Em outros termos: o gênero do substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar. (*Idibidem*, p. 122)

Câmara Jr. inicia o artigo, observando que as nossas gramáticas se mostraram limitadas diante da complexidade da categoria gramatical do gênero. Por essa categoria, faz-se nos substantivos uma classificação dependente do “recorte do mundo dos objetos”, conforme já observara Cassirer (*Apud* Câmara Jr., 1972, p. 115). Este recorte, segundo o autor, é arbitrário e lhe falta lógica.

Fala-nos sobre as várias maneiras de integração dos substantivos da língua no seu quadro de gênero: analogia formal, analogia conceptual e ampliação do gênero decorrente de certos contextos.

Alerta-nos para o problema de se partir de uma noção precisa e bem definida no tratamento do gênero, mesmo que tal noção seja importante na visão cósmica da língua considerada. Não obstante, não esclarece o que distingue as várias maneiras de integração dos substantivos da língua no seu quadro de gêneros. Mas, com o apoio em outros dos seus trabalhos (1985 e 1989), em cujos textos o assunto é menos obscuro, depreendemos ser a analogia formal a que se refere à terminação; a analogia conceptual a que se refere à significação, que no caso de certos nomes de coisas (“espinho/espinha”, “jarro/jarra”, etc.) liga-se à analogia formal; e a ampliação do gênero – semanticamente motivada, arbitrária e convencional – a que se refere à “flexão”. Todas, contudo, tendem a fazer do gênero muitas vezes uma simples divisão mórfica.

Depois passa a comentar a respeito da relação entre sexo e gênero, fazendo referências a outras línguas. Critica a referida relação e a dispensa para a descrição da categoria dos substantivos em português, por razões óbvias: a noção de sexo para a formação do feminino dos substantivos é fragmentada; só se aplica a nomes animados e por meio de processos distintos: heteronímia de formas (“pai-mãe”, “boi-vaca”, “bode-cabra”), derivação sufixal (“condessanda”, “galo-galinha”, “embaixador-embaixatriz”), com termos designativos (“jacaré macho-jacaré fêmea”, “o macho da cobra-a

## MORFOSSINTAXE

fêmea da cobra”, “o estudante–a estudante”) e por “flexão” (“menino–menina”, “cantor–cantora”, “ladrão–ladrona”).

Uma das contribuições fundamentais desse texto está na negação do critério do sexo – de ordem semântica –, como critério fundamental na descrição do gênero, que é gramatical, dos substantivos. O autor esclarece que é pequeno o número de substantivos portugueses, em que se tem a relação sexo-gênero. Logo, torna-se perturbador e contraproducente descrever a categoria gramatical do gênero dos substantivos a partir da diretriz semântica do sexo, embora não negue a importância desse traço semântico na visão cósmica da língua.

Propondo uma mudança metodológica na descrição gramatical do gênero em português, concentra-se, então, na flexão nominal e no seu mecanismo, que cria nos substantivos uma oposição de gênero. Usando, inclusive, uma terminologia tradicional (desinência de feminino, tema e vogal temática), o autor descreve o mecanismo de formação do feminino, como um fenômeno de flexão, ao mesmo tempo em que afirma que “todos os substantivos em português têm um gênero determinado, dependente ou independente do contexto” (p. 121), e que não é a flexão a marca básica de gênero desta classe de palavras e sim, o artigo.

Finalizando, apresenta as suas considerações finais. Nelas, corrobora o fenômeno esporádico da flexão nos substantivos portugueses, já que o princípio diretor da indicação do gênero é a flexão imperativa do artigo ou das partículas substitutas (os demonstrativos e os indefinidos adjetivais) que os determina, e anuncia, sem desenvolver, duas outras temáticas: a flexão dos adjetivos por concordância com o núcleo substantivo a que se referem e a distinção entre substantivo e adjetivo – funções dos nomes –, que o autor declara ser uma terceira tarefa da descrição da morfologia do gênero.

Os nomes portugueses (sic) com essas estruturas se dividem, justamente em adjetivos e substantivos, essencialmente pelo seu comportamento quanto à flexão de gênero. Qualquer nome, em princípio, pode funcionar como adjetivo ou como substantivo, de sorte que a classificação é lábil. Na morfologia, porém, encontramos uma distinção na base da flexão de gênero. (*Idibidem*, p. 127)

Observa-se, no final desse texto, o caráter obrigatório, fechado e sistemático da flexão de gênero, que se dá pelas regras de concordância entre um adjetivo (ou termo em função adjetiva) com o

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

seu núcleo substantivo, que o próprio Câmara Jr. desenvolverá em outras obras.

Câmara Jr. faz, ainda, algumas observações acerca da distinção entre substantivos e adjetivos na base da flexão de gênero e termina o artigo, reafirmando ser secundária a predizibilidade dos nomes portugueses que apresentam flexão de gênero redundante ao lado da flexão do artigo determinante.

Em “Estrutura da língua portuguesa” (1970), Câmara Jr. se concentra no mecanismo da flexão portuguesa e, mormente, na formação do feminino dos nomes substantivos e seus alomorfes. No capítulo X, o autor apresenta uma tentativa de esclarecer o fenômeno “flexão”, ao qual relaciona, primeiramente, ao termo alemão *Biegung* (“flexão, curvatura”), introduzido por Schlegel (1808) “para indicar que um dado vocábulo se ‘dobra’ a novos empregos” (p. 71).

Depois, relaciona o termo “flexão” ao que o gramático latino, Varrão, denominou *derivatio naturalis* (para o fenômeno da declinação) em oposição a *derivatio voluntaria* (para o fenômeno de criação de novas palavras) e o caracteriza como um fenômeno fechado, obrigatório, sistemático e coerente, e *naturalis* no termo de Varrão, o que não ocorre com a “derivação”, que é um processo de caráter aberto, fortuito, assistemático e desconexo.

As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda (sic) uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congêneres. (*Idem*, 1970, p. 71)

Logo, o resultado da derivação, diferente do da flexão, é uma palavra nova, que se incorpora ao léxico de uma dada língua e o caracteriza em face de sua gramática.

Faz referência ao sufixo flexional de gênero (“-a”), que é utilizado na flexão de gênero dos nomes e afirma que o masculino se caracteriza pela ausência dessa marca de feminino, assim como o singular se caracteriza pela ausência da marca de plural (“-s”). Ou seja, masculino e singular são assinalados em português por um morfema gramatical zero (Ø).

No capítulo XI, o autor inicia a sua digressão, lembrando-nos de que os nomes portugueses se dividem em substantivos e adjetivos, considerando o critério funcional, e que a distinção entre eles não é absoluta, apesar de muitos serem essencialmente substantivos ou ad-

## MORFOSSINTAXE

jetivos. Sugere, pois, que uma distinção formal entre eles possa ser feita, considerando o gênero gramatical.

Passa a criticar a forma de exposição da flexão de gênero, feita pelas nossas gramáticas tradicionais, que considera incoerente e confusa por ter sido feita a partir de uma incompreensão semântica da sua natureza. Nega a associação do gênero, que é gramatical, com o sexo dos seres, que é semântico, e assevera que “o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes” (p. 78).

Ressalta que a tal incoerência e confusão também se deram pela falta de “distinção entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo” (p. 79). E assim como já tinha feita em seu “História e Estrutura da Língua Portuguesa”, passa a descrever a estrutura flexional do feminino e apresenta as possíveis e previsíveis alomorfas na formação de feminino dos substantivos. Faz, ainda, uma importante observação sobre a heteronímia no gênero de pares do tipo “homem–mulher”, “boi–vaca”: “que não é mais do que a restrição a um gênero único de determinado membro de um par semanticamente opositivo” (p. 80-1). Nesse caso, cabe ao dicionário informar e completar a descrição gramatical, de forma conveniente.

Em seguida, apresenta uma proposta didática de apresentação do gênero dos substantivos em português:

1. Nomes substantivos de gênero único: ex.: (a) rosa, flor, tribo, juriti, planeta, (o) amor, livro, colibri.
2. Nomes substantivos de 2 gêneros sem flexão: ex.: (o, a) artista, intérprete, mártir.
3. Nomes substantivos de 2 gêneros, com uma flexão redundante: ex.: (o) lobo – (a) loba, (o) mestre – (a) mestra, (o) autor – (a) autora. (*Idibidem*, p. 82)

Como se pode observar, a proposta em nada se assemelha à descrição das nossas gramáticas tradicionais, compêndios gramaticais e livros didáticos, que são unânimes quanto à apresentação do gênero dos substantivos na base do sexo: masculinos e femininos, comuns de dois, sobrecomuns e epicenos.

Nessa proposta, o autor dispensa os termos “sobrecomuns”, “comuns de dois” e “epicenos” e as suas confusas definições. Reúne

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

todos os substantivos masculinos e femininos (referentes a seres de natureza concreta: hominal, animal, vegetal e mineral e artefatos, ou de natureza abstrata), e os distribui em: substantivos que não apresentam uma forma de gênero oposto (relacionados no item 1); substantivos que apresentam uma forma de gênero oposto com apenas a seleção do artigo determinante (relacionados no item 2); e substantivos que apresentam uma forma de gênero oposto com a seleção do artigo determinante e uma flexão redundante (relacionados no item 3).

Em tal proposta, de fato, a apresentação da distribuição dos substantivos em gênero se mostra conveniente e, sobretudo, bem mais esclarecedora do que a apresentação da nossa Tradição Gramatical. Contudo, tal contribuição ainda não foi aproveitada pelos nossos gramáticos e escritores de livros didáticos.

Em *Problemas de Lingüística Descritiva* (1971)<sup>21</sup>, o autor apresenta uma descrição da flexão nominal e verbal nos quatro últimos dos dez capítulos do pequeno volume.

No capítulo VII, em que trata dos constituintes do vocábulo mórfico, da flexão e da derivação, inicialmente Câmara Jr. apresenta os tipos de morfemas que constituem o vocábulo mórfico ou forma vocabular: “morfemas lexicais” (“lexemas”, para Martinet (1960) e “semantemas”, para Vendryes (1921)), que se combinam com os “morfemas gramaticais” ou “morfemas” *stricto sensu*.

Em seguida, faz alusão aos conceitos de *derivatio naturalis* e *derivatio voluntária*, de Varrão, o gramático latino do século I a. C. (116 a 26 a. C), relacionando o fenômeno da flexão (que é natural) àquele e o da derivação (que é fortuito) a este. Assevera que “as palavras ‘derivadas’ não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico” (p. 48), já que uma dada formação derivacional pode efetivar-se para uma forma vocabular e não ser possível para uma outra da mesma natureza mórfico-semântica.

Os morfemas de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou não usar o

---

<sup>21</sup> Convém ressaltar que a sua 1ª edição é de 1971, que é um volume que reúne artigos escritos entre 62 e 66, os quais foram publicados numa revista da Editora Vozes na década de 60.

## MORFOSSINTAXE

vocábulo derivado, que sugeriu a Varrão o adjetivo voluntária. (*Idem*, 1971, p. 48)

Depois explica que para as derivações os processos são desconexos e de muitos tipos, além das diversas lacunas possíveis, já que uma dada formação pode não existir para um dado vocábulo e os existentes podem ser ou não utilizados, conforme a vontade do usuário da língua. E assevera que “na ‘flexão’ (grifo do autor) há obrigatoriedade e sistematização coerente” (p. 49), uma vez que considera ser a flexão um fenômeno imposto pela natureza da frase:

É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na primeira pessoa do pretérito imperfeito. (*idibidem*, p. 49)

Depois de afirmar que os morfemas flexionais se organizam em paradigmas coesos, podendo apresentar uma pequena margem de variação, faz referência ao fenômeno da congruência, que “é a ‘concordância’ (grifo do autor), decorrente da sua repetição nos vocábulos encadeados na frase” (p. 49), o que de fato, quando ocorre, é imposto pela frase.

Passa a comentar sobre a formação de grau nos nomes adjetivos, em que não há obrigatoriedade, mas uma possibilidade estilística por conta da vontade do usuário, ao contrário do que ocorre com a formação de plural ou de feminino nos nomes adjetivos, que concordam com o seu núcleo substantivo.

Voltando à comparação entre derivação e flexão, o autor declara que “a característica básica da flexão em português: é a sua natureza sufixal” (p. 51), uma vez que “os morfemas flexionais portugueses são ‘sufixos’ (grifo do autor)”, ou, em outros termos, pequenas formas, que ficam na parte final do vocábulo” (p. 51).

Já no capítulo VIII, onde trata da flexão no léxico português, o autor confirma que a classificação dos vocábulos mórficos define, como variáveis, os nomes, os pronomes e os verbos, que podem sofrer flexões. Para o gênero, que estabelece uma oposição masculino-feminino, Câmara Jr. confirma ser o morfema sufixal “-a” a marca de feminino, utilizada no seu mecanismo flexional, e ser o masculino caracterizado pela ausência da referida marca de feminino.

Mais adiante, faz a seguinte afirmação:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Desta sorte, em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as de gênero masculino e feminino e de número singular e plural como já foram aqui, no início, citadas: Ø – /z/, para o número, Ø – /a/ átono, para o gênero. (*Idibidem*, p. 55)

Embora se possa depreender, da citação acima, um caráter flexional para o masculino, tem-se uma asserção sobre as flexões existentes em português para os vocábulos variáveis: quatro (gênero e número, para os nomes e pronomes; e tempo-modo e número-pessoa, para os verbos):

Assim, os morfemas flexionais portugueses, de natureza sufixal, também chamados *desinências* (grifo do autor), são os seguintes: a) sufixo de gênero feminino e sufixo de número plural na morfologia nominal e pronominal; b) sufixo de modo-tempo e sufixo de número-pessoa na morfologia verbal. (*Idibidem*, p. 55)

Logo, não convém atribuir ao masculino um caráter flexional, como parece sugerir o autor naquela citação acima. Aliás, é o próprio Câmara Jr. que, nessa e em outras obras, esclarece a problemática formada em torno da vogal “-o” dos nomes, definindo-a como vogal temática.

Desta sorte, na base do tema, caracterizado por uma dada vogal constante, dita *temática* (grifo do autor), nomes e verbos se agrupam em classes morfológicas, como são para os verbos portugueses as tradicionais três conjugações. Nos nomes, deve-se igualmente considerar classes temáticas, que são em -a (rosa, poeta), em -o (lobo, livro) e em -e (ponte, dente ou triste). (*Idibidem*, p. 52)

No capítulo IX, a sua concepção do mecanismo da flexão nominal, já demonstrada em “Dispersos” e suscitada em “História e Estrutura da Língua Portuguesa” e também em “Estrutura da língua portuguesa”, pode ser constatada.

Confirma a natureza uniforme e simples do mecanismo da flexão nominal, que se caracteriza por uma forma acrescida de um sufixo flexional de plural em oposição à outra no singular (ausência de tal marca) ou por uma forma acrescida de um sufixo flexional de feminino em oposição a uma outra no masculino (ausência de tal marca). Alerta-nos para uma relevante complexidade possível, decorrente de mudanças morfofonêmicas de certas formas vocabulares e passa a descrevê-las de forma sintética.

## MORFOSSINTAXE

Faz alusão à relação entre sexo e gênero, que mediou a descrição de nossa Tradição Gramatical, criticando-a e reforça a idéia de que um número muito grande de substantivos não apresenta o fenômeno da flexão na formação do feminino, porquanto “são exclusivamente masculinos ou femininos em função da forma masculina ou feminina, respectivamente, do artigo definido com que se articulam” (p. 63).

Ao finalizar o capítulo, Câmara Jr. anuncia aquela proposta didática para a distribuição dos substantivos em gênero, apresentada em seu “Estrutura da língua portuguesa”<sup>22</sup>, demonstrando a sua preocupação com uma interpretação teórica acerca do gênero único de muitos substantivos e da flexão redundante nos poucos substantivos, que se efetiva concomitantemente com a indicação do gênero pelo artigo.

Podemos dizer, portanto, que a flexão, quando aparece, é redundante, porque o gênero é sempre indicado, concreta ou potencialmente, pelo artigo. Em outros termos, a flexão nominal, quando aparece, reforça apenas a expressão de uma categoria gramatical latente, que, mesmo sem essa flexão, se manifesta pela forma do artigo definido que o vocábulo nominal exige. (*Ibidem*, p. 64)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas obras, muitos dos nossos mais recentes estudiosos têm demonstrado suas concepções sobre a noção de gênero gramatical e a forma de classificar os substantivos em gênero. Uns repetem as concepções do mestre; outros reagem contra elas, corroborando as concepções da Gramática Tradicional; e alguns refletem sobre o legado matosiano e aproveitam as suas concepções numa abordagem também revolucionária.

Sandmann (1991 e 1992), Botelho (1996 e 2004), Bechara (1999) e Azeredo (2000), por exemplo, são da opinião de que a formação de gênero nos substantivos em português constitui um fenômeno lexical. Freitas (1981), Monteiro (1987) e Kehdi (1990 e 1992), por sua vez, corroboram as concepções de Câmara Jr. Hercu-

---

<sup>22</sup> Convém lembrar que, embora tenha sido publicada em 1971 (a usada aqui é a de 1991), um ano após a publicação desse “Estrutura da língua portuguesa”, a obra fora escrita entre 1962 e 1968.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

lano de Carvalho (1973 e 1984), por outro lado, a partir da concepção de atualizadores lexicais, sem se mostrar esclarecedor, enfatizar que o fenômeno da flexão ocorre, de fato, nos adjetivos.

De fato, concordando ou não com as concepções matosianas acerca da formação do gênero nos substantivos portugueses, todos se reportam aos estudos do mestre e deles tiram subsídios para a formação de suas próprias concepções.

Portanto, as contribuições de Câmara Jr. acerca do gênero dos substantivos em português são inegavelmente merecedoras de ressalvas.

Apresentamos, aqui, o âmago dos estudos sobre o gênero dos nomes, desenvolvidos por Câmara Jr. em diferentes obras, com o objetivo de demonstrar a concepção de imanência do gênero dos substantivos portugueses por parte do autor, que, não obstante, concebe a formação de feminino desses substantivos como uma flexão.

Decerto, muito ainda temos que refletir sobre a questão, mormente sobre o fenômeno da flexão em si, cujos esclarecimentos ainda se nos apresentam deficitários. Porém, esperamos que o presente estudo sirva de subsídios para novas reflexões.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo em português*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1996.

———. *O gênero imanente do substantivo em português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

———. *Dispensos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

## MORFOSSINTAXE

- . *História e estrutura da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- . *Dicionário de lingüística e gramática*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985a.
- . *Princípios de lingüística geral*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- . *Problemas de lingüística descritiva*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FREITAS, Horácio Rolim. *Princípios de morfologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
- HERCULANO DE CARVALHO, José Gonçalo. Atualizadores léxicos. **In:** *Revista de Cultura*, 67(5). Petrópolis: Vozes, 1973, p. 385-96.
- . *Teoria da linguagem: Natureza do fenômeno lingüístico e a análise das línguas*. Vol. II, 4ª imp. Coimbra: Coimbra, 1984.
- KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1990.
- . *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1992.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: UFC, 1987.
- MARTINET, André. *Elements de linguistique générale*. Paris: PUF, 1960.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- SANDMANN, Antônio J. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- . *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.
- VENDRYES, J. *Le langage, introductio linguistique à l'histoire*. Paris: E. A. M., 1921.